

Articulações entre a Comunicação Pública e a Sociedade em Rede

Articulations between Public Communication and the Network Society

Célia Maria Retz Godoy dos SANTOS¹
Gabriel Ferreira Duarte BARBOSA²

Resumo

Atualmente, a articulação e análise entre a ação pública – aqui entendida como a capacidade de agir em prol, acompanhar e influenciar a experiência cidadã própria e da coletividade – não pode ser realizada desconsiderando as múltiplas ações comunicativas estabelecidas por meio de dispositivos tecnológicos conectados em rede. Partindo desta premissa, o presente artigo, a partir da revisão bibliográfica, apresenta um breve relato sobre o desenvolvimento histórico e social do conceito de Comunicação Pública no Brasil, relacionando-o também a perspectiva da Comunicação Reticular. A discussão proposta é que a comunicação em rede representa um ponto de evolução nas relações entre governos e cidadãos e, portanto, uma oportunidade de se estabelecer novas práticas comunicativas.

Palavras-chaves: Comunicação Pública. Sociedade em Rede. Comunicação reticular.

Abstract

Nowadays, the articulation and analysis between public action - here understood as the capacity to act in favor, to accompany and to influence the citizen experience itself and of the collective - can not be carried out disregarding the multiple communicative actions established through networked technological devices. Based on this premise, this article, based on the bibliographic review, presents a brief report on the historical and social development of the concept of Public Communication in Brazil, also relating the perspective of Reticular Communication. The proposed discussion is that network communication represents a point of evolution in the relations between governments and citizens and, therefore, an opportunity to establish new communicative practices.

Keywords: Public Communication. Network Society. Reticular communication.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Araraquara. Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Bauru. E-mail: celiaretz@faac.unesp.br

² Mestrando do Mestrado Profissionalizante em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Campus Bauru. E-mail: gabrielduarte.jornalista@gmail.com

Introdução

De diferentes modalidades e em múltiplas situações, a ação empenhada pela Comunicação Pública é compreendida e analisada. Correspondências, cartas nominais³, audiências públicas, e-mail marketing, sites, pronunciamentos, cartilhas, publicação de anúncios, discursos, atendimento via ouvidoria, memorandos, cerimônias cívicas, entrevistas, cartazes, atendimento direto⁴, entre outras tantas modalidades, configuram a comunicação entre governos e cidadãos. Por isso, todas as ações anteriormente listadas podem estar enquadradas no que convencionou-se chamar de Comunicação Pública. Mas, verifica-se que essas mesmas ações, dependendo da forma com que são elaboradas e dos fins pretendidos, também podem não serem ações propriamente preconizadas pela Comunicação Pública, principalmente quando se toma como paradigma os mais recentes estudos sobre o conceito.

O presente artigo parte da premissa que Comunicação Pública é toda ação dialógica estabelecida de modo público entre diferentes atores sociais - tendo como objetivo algo comum e que impacta a coletividade. Com isso, estão entre as características dessa prática: transparência, interatividade e os temas presentes nas trocas de mensagens que o conceito enseja. No entanto, para chegar nesta conceituação é necessário um resgate do termo que, em diferentes áreas e épocas, adquiriu múltiplos entendimentos. Esta trajetória, como é de se esperar, acompanha o desenvolvimento histórico, social e econômico vivenciado pelo Brasil dos últimos anos. Por isso, com objetivo de traçar um panorama conceitual sobre Comunicação Pública, por ordem, o presente artigo aborda: a polissemia conceitual do termo; as principais diferenças na prática da Comunicação Pública em relação a outros conceitos, considerados próximos, como Comunicação Política e Comunicação Governamental, com breve explicação de cada um deles; as prerrogativas da Comunicação Pública ; e, por último, os principais desafios deste campo de ação comunicativa no âmbito da Sociedade da Informação. Pois, vale ressaltar que a atuação das instituições e autoridades, enquanto membros

³ Aqui se faz referência às cartas na modalidade mala direta que são enviadas aos cidadãos com diferentes intencionalidades, sejam para comunicar ações específicas, avisos legais, comunicados emergenciais ou na cobrança de impostos.

⁴ Quando o atendimento às demandas do cidadão é feito 'face a face' em instituições públicas.

integrantes de uma rede de comunicação difusa, pode ser compreendida como uma ação dialógica – a partir do momento em que busca estabelecer vias de diálogos, fluxos informativos ou, numa perspectiva mais reativa, responder uma indagação proposta, mesmo que difusamente, pelos cidadãos.

Com este percurso, pretende-se demonstrar que a Comunicação Pública - enquanto área de espaço do debate de assuntos públicos que impactam a coletividade – ganha novas perspectivas diante da lógica das redes digitais de informação. Neste cenário comunicacional o debate de questões públicas é feito sob nova perspectiva, devido a interesses específicos e novos meios disponíveis aos cidadãos. Por isso, diante de uma arquitetura comunicacional em rede interativa qual seria o papel da Comunicação Pública? E, de que forma, ela se insere na lógica da comunicação reticular?

Polissemia conceitual e ações limítrofes

A Comunicação Pública, ao ser identificada com outras formas de comunicação, ocupa um espaço difuso e, muitas vezes, com prerrogativas pouco claras. Segundo alguns estudiosos, isso decorre, na maioria das vezes, de práticas mais nocivas do que benéficas:

A comunicação pública, ao longo da história, esteve a serviço de muitos aspectos negativos: propaganda, manipulação, excitação das massas, acompanhamento das guerras e da destruição do inimigo, criação de leis injustas, discriminação social e ética, poder pessoal, humilhação da democracia” (ROLANDO, 2010, p. 25)

No entanto, embora haja este entendimento, uma apreciação da construção do conceito justifica-se por trazer novas perspectivas; estabelecendo, dessa forma, uma visão oposta à anteriormente descrita. A Comunicação Pública é tema de estudo em diferentes áreas no campo das humanidades, entre elas pode-se destacar: ciências políticas, direito, administração e psicologia. Segundo Monteiro (2012), a definição conceitual se dá a partir de um processo em que múltiplos entendimentos – nem sempre convergentes – são estabelecidos conforme critérios específicos da área que o toma para análise. Já para Matos (2012), outros elementos também geram a multiplicidade de

entendimentos e, especialmente a ausência de critérios claros, traz como consequência, riscos de privilegiar questões de interesses segmentários de alguns públicos, desvirtuando a utilidade da comunicação realmente pública:

O interesse geral e a utilidade das informações que circulam na esfera pública são pressupostos da comunicação pública. Mas estes conceitos sofrem do mesmo problema indicado para a esfera pública: uma certa indefinição. Seria preciso estipular critérios objetivos para definir o interesse e a utilidade das informações trocadas pelos agentes. Do contrário, o debate público corre o risco de privilegiar questões que representem o interesse de um ou mais públicos específicos, desvirtuando, na origem, qualquer utilidade que se queira. (MATOS, 2012, p. 53)

Já segundo Duarte (2012), a Comunicação Pública e suas práticas são compreendidas – principalmente por profissionais que atuam na área – a partir de prerrogativas e instrumentos de outras modalidades comunicacionais. Leitura similar é feita por Brandão (2012) e Monteiro (2012) quando constatarem que em diferentes locais e épocas o conceito esteve relacionado com: Comunicação Organizacional, quando lida diretamente, ou tem como o foco, o relacionamento da entidade pública e seus públicos internos; Comunicação Científica, por lidar com a difusão temática que impacta diretamente a vida das pessoas; Comunicação Política; e, principalmente, a Comunicação do Estado e/ou Governamental. Assim, quando Matos (2012, p.49) busca traçar o desenvolvimento do termo, ela conclui que:

Uma análise do uso da expressão comunicação pública desde o início do século XX mostra que o conceito esteve relacionado com a comunicação estatal e a implementação da radiodifusão, e, mais tarde, da televisão pública. Enquanto a imprensa tradicional se desenvolveu regulada pelas forças políticas, culturais e de mercado, os meios eletrônicos necessitavam ser autorizados ou regulados por concessão pública.

Portanto, verifica-se que a análise não deve desconsiderar o contexto político, social, técnico e histórico. Por isso, neste ponto, já possível trazer à tona um primeiro questionamento: quais seriam as diferenças evidentes entre estes conceitos que os permitem – quando não obrigam – a serem estudados separadamente?

Segundo Brandão (2012), Duarte (2012) e Matos (2011), os conceitos anteriormente listados possuem especificidades que nem sempre estão nas prerrogativas da Comunicação Pública. Por exemplo, sobre a Comunicação Política, é possível compreendê-la sobre dois pontos:

1) a utilização de instrumentos e técnicas da comunicação para a expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos; (2) as disputas perenes entre os proprietários de veículos e detentores das tecnologias da comunicação e o direito da sociedade de interferir e poder determinar conteúdos e o acesso a esses veículos e tecnologias em seu benefício. Neste sentido, diz respeito também a responsabilidade do estado para gerir as complexas demandas sobre política públicas de comunicação e telecomunicação entendidas, historicamente, como aquelas que tratam das questões jurídicas afeitas ao uso público da infraestrutura tecnológica das comunicações. Incluem-se neste tópico também as polêmicas discussões em torno do Direito da Comunicação que trata da formação de redes, conglomerados e da convergência tecnológica. (BRANDÃO, 2012, p. 6)

Além disso, ela também se alinha ao marketing político e marketing eleitoral no sentido em que realizam ações voltadas para a difusão de informações que dizem respeito a partidos ou figuras políticas – além de, inseridas no processo democrático, também estarem a serviço do processo eleitoral.

Já quando o paralelo estabelecido é com a Comunicação Governamental, segundo Brandão (2012, p.5), ao longo da história do Brasil, esta esteve a serviço da divulgação, via publicidade, das informações sobre a administração pública e, é importante destacar, que essa pode sim estar alinhada à Comunicação Pública:

A comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública, na medida em que ela é um instrumento de construção de agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para o engajamento da população nas políticas adotadas, o reconhecimento das ações promovidas nos campos políticos, econômico e social, em suma, provoca o debate público.

No entanto, mesmo com essa intersecção, o objeto de ação da Comunicação Governamental, em princípio, é outro. Segundo Duarte (2012), ela “trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o Poder Executivo e a sociedade”.

Brandão (2012) considera que mecanismos de regulações e aportes financeiros através de publicidade oficial nos veículos de imprensa considerados tradicionais também são prerrogativas deste conceito. Além disso, Duarte (2012) destaca o caráter transitório da prática, uma vez que ela está relacionada ao governo de ocasião. Portanto, configura-se como uma representação simbólica que possui prazo, intencionalidades e meios atuação delimitados – mesmo ao incluir participação de empresas públicas, institutos, agências reguladoras e a área militar. Diante disso, ele sugere o uso de “comunicação do serviço público” retiraria o viés político da expressão “comunicação governamental” que, como exposto anteriormente, estabelecem entendimentos muitas vezes personalistas. Esta alteração poderia suprir o que Brandão (2012, p.10) identificou em suas pesquisas:

A comunicação governamental no Brasil foi, historicamente, de natureza publicitária, isto é, de divulgação de suas ações e utilizou preferencialmente a propaganda com a veiculação na grande mídia. Secundariamente foi também de cunho educativo, sobretudo nas áreas da saúde e da agropecuária, ou em situações bem específicas em que se confundia, de certa forma, com o apelo cívico, como na época dos regimes militares quando surgiram campanhas como “mexa-se” e outras.

Contata-se que a Comunicação Governamental, por vezes, prioriza a transmissão de mensagens e informação e não propriamente canais diálogos. Segundo Brandão (2012), ela ainda pode estar até mesmo alinhada com práticas contrárias ao regime democrático de representação e ação política. O que de certa forma corrobora o entendimento de Rolando (2005) quando elenca práticas comunicativas pouco inclusivas do que deveria ser público.

Já quando se aproxima a Comunicação Pública com a Comunicação Organizacional é preciso ressaltar que a última possui dois tipos de público: o interno, composto por quadro de funcionários e fornecedores, e o externo, que são os usuários e cidadãos. As duas ações, como será melhor aclarado na sequência, podem ser prerrogativas da Comunicação Pública - mas, não ocupam a centralidade da prática:

Estudo realizado por Fonseca Júnior (2006) que a comunicação pública, nos EUA, pode ser interpretada como uma forma de comunicação organizacional. No ambiente interno, no ambiente

interno, comunicação pública seria responsável pela promoção de mudanças organizacionais, pelo desenvolvimento organizacional e pela satisfação dos empregados. No âmbito externo, inclui as atividades de publicidade de produtos e serviços, relações públicas, gerenciamento de questões públicas (*public issues*) e construção da imagem organizacional, visão similar à perspectiva da comunicação organizacional brasileira. Uma busca na literatura europeia mostra, entre outras possibilidades, a distribuição ou utilização coletiva de obras intelectuais, o que inclui discussões jurídicas sobre se estão no âmbito da comunicação pública as transmissões de tv que ocorrem em saguões de hotel. (Duarte, 2012, p. 60)

Nota-se que os instrumentos e intencionalidades desta ação comunicativa denotam práticas que muito se aproximam com as que são utilizadas pelas organizações de um modo geral. O que se distancia do entendimento construído com as especificidades da prática na América Latina, como será exposto na sequência.

Comunicação Pública: histórico e contextos

O atual entendimento da Comunicação Pública está diretamente relacionado, segundo alguns estudiosos, com o aprofundamento de experiências sociais democráticas. “A estética da democracia, se assim se pode dizer, tem seu próprio pluralismo semiótico, mas depende da comunicação pública” (ROLANDO, 2010, p. 27). Ao estabelecer uma marca evolutiva do conceito, embora com a impossibilidade de precisão de datas, Rolando (2011) resgata os movimentos de sublevação social ocorridos no Europa durante o século XIX, em especial o Renascimento⁵. Segundo sua leitura, à época, era estabelecida por hinos, bandeiras e produção artística. Ele ainda cita como exemplos: a conquista territorial das américas, o movimento socialista e os movimentos sociais por unificação territorial. Em todos estes casos, a comunicação – ou aparatos comunicacionais – estavam presentes com a intenção de demarcar intencionalidades políticas e econômicas e despertar o ‘sentimento de grupo’.

⁵ Também denominado como Renascença ou Renascimento, é o período da história da Europa que, embora sem consenso de datas, vai do século XIV e o fim do século XVI e que caracteriza a transição do feudalismo para o capitalismo e as mudanças sociais, econômicas e culturais advindas dessa mudança de paradigma.

Com o desenvolvimento tecnocientífico⁶ esta ação comunicacional também adquiriu novas perspectivas e campos de ação. Para Matos (2012), “o entendimento da comunicação pública como espaço da/para sociedade civil é relativamente recente” (MATOS, 2012. p. 47). No entanto, dois marcos temporais, em sua análise, são fundamentais para a compreensão do entendimento atual: os debates sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento que dominaram o cenário acadêmico dos anos 1950 e a influência da concepção idealística de comunicação social da Igreja Católica latino-americana. Brandão (2012) lista algumas experiências, destacando: Comunicação Rural, os novos paradigmas políticos e comunicacionais - XIX Conferência Geral da Unesco, realizada em 1976 em Nairóbi, e o surgimento da Nomic (Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação) - e papel da Igreja Católica. Na ótica de Brandão (2012), estes três marcos ajudaram a forjar um ideal da prática comunicacional mais calcada na realidade da América Latina:

Nas raízes deste paradigma está a mistura da rebeldia, idealismo e a dor da resistência que marcaram os anos 60 e 70 na América Latina e que forjaram a construção de um campo de conhecimento ideologicamente engajado. Seu ideário defendeu a liberdade dos países de periferia tiranizados pelo sistema capitalista que caminhava para a inelutável globalização, lutou pela igualdade de condições de acesso e produção de informações e pregou que a fraternidade era possível se a comunicação fosse o instrumento de conscientização e mudança. Este paradigma militante vivificou no século XX o ideal Iluminista e produziu um campo de conhecimento comprometido e sonhador: a grande utopia da comunicação. E que, contra todos os prognósticos, de uma outra forma, se perpetua na comunicação pública (BRANDÃO, 2012, p. 29)

E, já durante a década de 1980, quando movimentos civis passaram a se articular pelo fim do regime ditatorial⁷, o anseio pela abertura política e veio acompanhado de reivindicações por mais transparência e eficiência dos serviços públicos.

E, mais recentemente, o trabalho do francês Pierre Zémor contribui na formulação do conceito atual. Em 1990, Brandão, para fins de pesquisa, fez uma tradução da obra do francês, de 1980, que buscava sistematizar o conceito:

⁶ Stefano (2010) destaca a Revolução Industrial, no século XVIII, que promoveu significativas rupturas na experiência humana, e o desenvolvimento da comunicação de massa.

⁷ Aqui a referência é ao período de 1964 a 1985 quando o Brasil foi governado sob o regime ditatorial militar.

Em seu livro, Zémor apresenta os conceitos do que seria uma comunicação pública, afirmando que sua legitimidade se determina pela “legitimidade do interesse geral”, razão pela qual acontece no espaço público, sob o olhar do cidadão. Para ele, as finalidades da comunicação pública não podem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas, que são as de: (a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar), (b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; (c) de contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); (d) a de acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social. Zémor ressalta a necessidade de “ouvir o cidadão”, pois na sua concepção a comunicação pública diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública, assim como a manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas” (Brandão, 2012, p. 14)

Segundo Brandão (2012, p. 14), “a tradução correu entre alunos e no meio do grupo de comunicadores de Brasília e acabou por se tornar um marco decisivo na concepção de comunicação pública”.

Comunicação Pública, hoje

Todos os estudos e apontamentos anteriores ajudaram a forjar o conceito de Comunicação Pública que temos hoje: um instrumento de empoderamento e atuação do cidadão. Por isso, diante das intencionalidades que toda ação comunicativa contém, pode-se estabelecer que a função da Comunicação Pública é a promoção do espaço para o diálogo dos assuntos públicos, e não ser apenas informativa. Segundo Monteiro (2012), esta também é a diferença em relação ao debate público feito pelos meios de comunicação, já que a primeira também deve agregar alguns pressupostos, como: o favorecimento do debate, polêmica e troca de ideias, através de audiências públicas e conferências públicas; o desígnio de “ouvir a demanda da sociedade”, por meio de serviços de ouvidoria e atendimento ao cidadão; e a demonstração do comprometimento das instituições públicas com as questões sociais. O que implica novas perspectivas entre os seus participantes:

o RECEPTOR é a um só tempo: cliente, consumidor, contribuinte, eleitor, voluntário, em suma: cidadão. E, como tal, tem direitos e trata de exercê-los. Para tanto, ele se ampara em instrumentos legais, como a Constituição Federal e o Código de Defesa do Consumidor, e em instituições públicas, como o Conselho de Nacional de Auto Regulação Publicitária (Conar), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), os programas de orientação e Proteção ao Consumidor, existentes nas administrações públicas estaduais (Procon), e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD), por exemplo (MONTEIRO, 2012, 41)

Por isso, é uma ação comunicativa do Estado e outros grupos sociais, já que o tema de sua mensagem – o interesse público – é considerado sua principal característica. Também é fundamental na constituição da esfera pública que se concretiza com a liberdade de expressão, de reunião e associação - e quando o coletivo social se constitui como corpo público, ao se comunicar de maneira livre e irrestrita sobre assuntos de interesse geral e público. Além de ser instrumento fundamental para a prática democrática. Ainda mais quando se considera que, assim como expressa a Constituição Federal, a comunicação é um direito de todos os brasileiros e, por consequência, decisivo na experiência cidadã. Para atingir tal objetivo, contando com a disponibilização de recursos informativos e comunicativos – considerando a real dimensão dialógica estabelecida pelos recursos interativos – necessita-se de ‘infraestrutura básica’ para a constituição do espaço de fortalecimento da Comunicação Pública:

Se todos os agentes participam do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação é possível graças à existência de uma infraestrutura que materializa a esfera pública, se eles se sentem aptos e motivados a participar graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processos de debate são claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento da comunicação pública. (MATOS, 2012)

Com isso, a partir dessa leitura, vê-se que é papel da comunicação pública fortalecer a criação de um ambiente de intercâmbio, que por sua vez, alarga o capital social, promovendo a ação coletiva sobre questões de interesse público.

Sociedade da Informação: possibilidades e desafios

Sob o paradigma das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), alguns elementos que ganham relevância nos fluxos comunicacionais, são eles: a informação como matéria-prima, a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, a lógica das redes amplificada, a flexibilidade e a convergência da microeletrônica, das telecomunicações e dos computadores para um sistema integrado de informação (CASTELLS, 2009). A disponibilidade das novas tecnologias constituiu-se na base fundamental do processo de reestruturação socioeconômica na década de 1980. O desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação (TICs) se diferencia diferenciado das revoluções tecnológicas anteriores que utilizaram a informação para agir sobre a tecnologia. Desta vez, a informação é a própria matéria-prima – como tal, com grande poder e influência nas ações de grupos e organizações, principalmente em decorrência de certas características dos ambientes proporcionados pela desterritorialização e conectividade. Citando a cibernética, Morin⁸ (2007) alega que a informação ganhou “um sentido organizacional”: já que não apenas comunica uma mensagem, mas é capaz de ordenar operações. A velocidade, a interatividade e a imprevisibilidade são fatores que aparecem no novo espaço de competência.

Distintas denominações para o atual momento tecnológico e comunicacional ganharam notoriedade, como “Sociedade em Rede”, “Era informacional”, “Sociedade da Informação” e “Era Global” - que buscam conceituar todo este processo impulsionado por aparato tecnológico e que possibilitou, entre outros avanços, a conectividade em rede em uma escala global. Diante disso, o estudo sobre as mídias ganhou novas abordagens e perspectivas. Em um resgate sobre o significado da palavra “mídia”, Santaella (2007) reconhece que o termo começou a ser utilizado no ambiente acadêmico brasileiro com mais frequência (e até mesmo, com maior notabilidade) a partir da década 70 do século passado:

⁸ Edgar Morin (2007) tece esta e outras considerações em sua obra “Introdução ao Pensamento Complexo” em que realiza uma discussão sobre como o saber científico deve ser repensado, evitando que a simplificação em sistemas fechados comprometa a construção do saber.

Entretanto, foi a emergência da cultura planetária, via redes de teleinformática, que instalou definitivamente a crise de hegemonia dos meios de massa. Com isso, o emprego da palavra “mídia” se generalizou para se referir também aos processos de comunicação mediados pelo computador. A partir de tal generalização, todos os meios de comunicação, até mesmo os de massa, o livro e a fala, passaram a ser referidos pela rubrica “mídia” [...], compondo aquilo que Alberto Rubim chamou de “Idade Mídia” (2000) e outros tem chamado de “cultura midiática” ou “era midiática”. (SANTAELLA, 2007, p. 119)

Com isso, o estudo sobre as mídias passou a considerar o atual panorama midiático que se constitui na intersecção de diversas características, entre elas: *inovativa*, *transformativa*, *convergente*, *multimodal*, *global*, *em rede*, *móvel*, *apropriativa*, *participativa*, *colaborativa*, *diversificada*, *domesticada*, *geracional* e *desigual*. Estes elementos representam panoramicamente um cenário comunicacional que perpassa todos os âmbitos da experiência humana:

A revolução digital é hoje a última revolução comunicativa que alterou, pela primeira vez na história da humanidade, a própria arquitetura do processo informativo, realizando a substituição da forma frontal de repasse das informações (teatro, livro, imprensa, cinema, TV) por aquela reticular, interativa e colaborativa. Surge, portanto, uma nova forma de interação, consequência de uma inovação tecnológica que altera o modo de comunicar e seus significados, estimulando, ao mesmo tempo, inéditas práticas interativas entre nós e as tecnologias de informação. (DI FELICE, 2011, p. 25)

Com isso, é possível estabelecer uma leitura ecossistêmica dos processos comunicacionais a partir das TICs e sob nova arquitetura: as mensagens não são mais geradas por um emissor em direção aos receptores, de forma linear. Sob a perspectiva reticular, o componente interativo das trocas comunicacionais é importante na configuração das relações entre os atores desse processo e as posteriores apropriações e difusões que os mesmos farão das informações trocadas em rede – compreendida como sendo composta por diversos ‘nós’ (pessoas, circuitos, interfaces) que representam outros tantos ‘nós’ de emissão e recepção, sem a existência de um ponto considerado central.

Segundo Alzamorra (2007, p. 4), na lógica descentralizada e colaborativa, também denominada hipermidiática, os processos de comunicação descentralizados “que se referem à diversificação das mediações sociais no ciberespaço e à sobreposição de camadas de informação, que revelam temporalidades variadas e simultâneas” se

amplificam. Sob a perspectiva reticular dos processos comunicacionais, as ações dialógicas passam a ser compreendidas como pluri-causal (no qual a troca, compreensão e difusão da informação não se concretizam mais apenas de forma linear, como visto anteriormente) e conectiva (já que se estabelece numa rede, em que a existência de pontos de ligação é o que determina o dinamismo das trocas interativas). A arquitetura reticular é sempre estabelecida sob a perspectiva dos seus membros participantes tomados como pontos de referência. Diante disso, se apresenta primordialmente como interativo, possibilitando: a troca entre pessoas e mídias, se constituir como uma ‘rede de redes’ e ocorrer sempre a partir da interação no interior de um ecossistema interativo:

Mas como as interfaces se irradiam através de múltiplas conexões no ciberespaço, as informações que delas emergem formam teias de relações constantemente expansíveis cuja duração depende das temporalidades interpostas nessas interações sociocomunicacionais. Assim, a significação de uma informação se expande vertiginosamente pela rede, alterando sua topologia à medida que gera mais e mais interesse social. (ALZAMORA, 2007, p. 4).

Configuração resultante das trocas constantes entre seus elementos constitutivos, sejam eles humanos, midiáticos ou tecnológicos, já que também se estendem por circuitos e interfaces.

Considerações finais

Conforme exposto, pode-se estabelecer alguns paralelos que justificam a importância da análise do tema. Se, historicamente o conceito de Comunicação Pública ganhou relevância durante um período específico da história recente brasileira - a redemocratização - percebe-se que algo semelhante, embora de natureza técnica, também ocorre no presente. Em 2016, mais da metade dos lares brasileiros estavam conectados à rede mundial de computadores, a internet. E, assim como no passado as reivindicações por transparência e atitudes democráticas mobilizaram a sociedade civil, nota-se que a própria configuração reticular dos processos comunicacionais atuais ensejam também adequação no modo de se comunicar.

Recentemente, pode-se elencar a notoriedade midiática dos seguintes enunciados: “O Governo vai confiscar as poupanças da Caixa” (fevereiro de 2015),

“Alberto Youssef morre envenenado na prisão” (outubro de 2014), “Bolsa Família será cancelado pelo governo” (maio de 2013) e “Enem será cancelado” (fevereiro de 2012). Em todos os enunciados anteriormente listados há três elementos que são comuns: fazem referências a assuntos de interesses públicos – ou, como no caso da suposta morte de Youssef, divulgada durante o período eleitoral, são capazes de impactar o comportamento e poder decisório da sociedade; todos, apesar de terem se convertido em notícias nos meios de comunicação considerados tradicionais, são boatos que ganharam repercussão (ou foram impulsionados) por meio de redes sociais (como o Facebook) e aplicativos de trocas de mensagens (Whatsapp); e, por último, devido à grande repercussão, gerando implicações concretas, as autoridades ou instituições responsáveis pelas áreas correlatas aos boatos se pronunciaram para explicar à população o que de fato estava ocorrendo. Ultimamente, estes casos não são exceções ou excepcionalidades. Além disso, ainda considerando os exemplos anteriormente listados, as intencionalidades dessas ações comunicativas, embora notadamente existentes, também são difusas e de autorias, por vezes, imprecisas: os protocolos de usos da internet - entre eles a interatividade, velocidade e anonimato – trazem novas possibilidades e intencionalidades para a ação comunicativa.

Este paradigma ganha ainda mais importância quando a penetrabilidade da conexão em rede é considerada. Diante deste cenário, torna-se urgente a articulação e compreensão de novas formas de usos e apropriações das ações comunicativas reticulares. Entre elas, conforme visto anteriormente, está o campo da comunicação mantida entre o Estado - enquanto instituição detentora de recursos humanos e financeiros, informações, instrumentos e dispositivos públicos – o Governo e os cidadãos. Esta modalidade dialógica, a Comunicação Pública, pode se concretizar em distintos espaços, ancorada em diferentes suportes, inclusive o on-line.

Referências

ALZAMORA, G. M. **Fluxos de informação no ciberespaço**: temporalidades emergentes. *In*: Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Semiótica da Comunicação, VII, 2007, Santos. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0999-1.pdf>. Acesso em: 10/1/2018

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. *In: Duarte, J. (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.* São Paulo: Atlas, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DI FELICE, M. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. *In: Revista USP.* São Paulo, n.92, p. 9-19, dez./fev. 2011/2012.

DUARTE, Jorge. Instrumentos da comunicação pública. *In: Duarte, J. (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.* São Paulo: Atlas, 2012.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. *In: Duarte, J. (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.* São Paulo: Atlas, 2012. P. 34-46

MATOS, Heloiza. A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento. *In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.) Comunicação pública, sociedade e cidadania.* São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p.29-57.

Matos, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. *In: Duarte, J. (Org.) Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público.* São Paulo: Atlas, 2012. p.48-58

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulos, 2007.

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. *In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.) Comunicação pública, sociedade e cidadania.* São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p.23-37.